



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

O nascimento da paixão e a gênese da derrota Um estudo de caso sobre o drama de Barbosa, o goleiro da Copa de 50¹

SÉRGIO MONTERO SOUTO (UFF)

Palavras-chave: Barbosa, fama e tragédia

Resumo

Este texto corresponde ao primeiro capítulo da minha dissertação “Imprensa e memória da Copa de 50: a glória e a tragédia de Barbosa” para conclusão do curso de Mestrado em Comunicação, Tecnologia e Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF).

O trabalho trata da relação entre fama e tragédia no mundo moderno. O universo escolhido é o dos grandes ídolos do futebol pelo estudo de caso de Barbosa, goleiro do Brasil na Copa de 1950. Neste capítulo, se examina o papel dos jornais brasileiros no nascimento do futebol como parte constitutiva da identidade nacional e na gênese da construção da vitória que desembocou na tragédia da derrota.

O nascimento da paixão e a gênese da derrota

Num esporte, como o futebol, cuja emoção se assenta justamente na imprevisibilidade, em contraponto a outros, como o voleibol e o basquete, nos quais as regras quase sempre sancionam a superioridade de um dos contendores, a derrota de 1950 não pode ser entendida em toda a sua dimensão dramática e histórica se for reduzida a um fenômeno esportivo. O mesmo processo se aplica à análise do processo que destinou a Barbosa o papel de principal vilão da derrota, ao ponto de ele declarar, por de mais uma vez, até morrer, em abril de 2000, que: “Aqui neste país a condenação máxima de um criminoso é de 30 anos. Eles estão me cobrando há 47 anos” (Telejornal Brasil, SBT, 30/10/1997

Ao estudar a gênese dos fenômenos que asseguram a eternização de determinados personagens e fatos sociais, em detrimento de outros, Mircea Eliade argumenta que, seja qual for a sua importância, um acontecimento histórico somente perdura na memória popular quando se aproxima de um modelo mítico (ELIADE: 1969).

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



Ao analisar a relação do homem arcaico com a realidade, Eliade afirma que, para aquele, a realidade é uma função da imitação de um arquétipo celeste. E acrescenta que os rituais e os gestos profanos significativos só assumem o significado que lhes é atribuído por repetirem deliberadamente atos praticados originalmente por deuses, heróis ou antepassados. (ELIADE: 2000). Embora o pesquisador restrinja essas interessantes observações ao homem arcaico e faça claras distinções entre este e o homem moderno – ao qual atribui uma concepção histórica – algumas aproximações, sobretudo adotando-se uma visão menos etnocentrista, permitem apontar diversos comportamentos comuns a ambos, isto é, incluindo o homem moderno.

Ao longo dos outros capítulos, vários exemplos serão usados para sustentar essa apropriação particular da visão do estudioso romeno, mas desde já se pode apontar a permanente tensão que marca as relações entre sagrado e profano que a crescente mercantilização do futebol, longe de atenuar, apenas intensificou. Ou ainda a analogia entre os rituais praticados e reatualizados pelos torcedores/homens modernos nos estádios e nas ruas para reafirmar a fé depositada em seus ídolos e clubes e os devotados pelo homem arcaico a suas divindades.

Eliade observa ainda o estranhamento provocado no homem de culturas arcaicas pela história, o que o levaria a aboli-la periodicamente. Mais uma vez se pode recorrer a uma observação do próprio pesquisador para tentar estender sua aplicação ao homem moderno. Para ele, o mito torna-se mais verdadeiro na medida em que confere à história um sentido mais profundo e mais rico, ou ainda, revela um destino trágico (ELIADE: 1969).

Esta pesquisa procura comprovar ser esse exatamente o caso eternizado pela derrota de Barbosa e seus companheiros na Copa de 1950, ainda que este destino trágico tenha sido, em sua essência, uma reatualização midiática. É, portanto, a ação midiática para a construção dos mitos modernos, atualizados também pela memória forjada de uma determinada época, que nos interessará neste capítulo.

Como salienta Durkheim, citado por Girardet “quando a sociedade sofre, ela sente necessidade de encontrar alguém a quem possa imputar seu mal, sobre quem possa vingar-se de suas decepções” (GIRARDET, 1986: 55). Dessa forma, o mal que se sofre



e, mais ainda até, aquele que se teme, se concretiza na forma de um rosto e de um nome. Principais detentores da memória de 1950, os jornais, com sua linguagem sintética, com raízes telegráficas e reducionistas, cumpriram papel decisivo na transformação de Barbosa no rosto e no nome da derrota.

Como observa Girardet, a personificação do mal, a redução à unidade, poupam aos que são suas vítimas a menos suportável das ansiedades: a do incompreensível. Nesse sentido, o mito do *frango* de Barbosa une na sua explicação grupos opostos e/ou heterogêneos na sua explicação/revelação. A inquietação causada pelo fenômeno da derrota, que se mostra mais assustador sem uma explicação que possa ser aceita coletivamente, une numa mesma situação de pertencimento os mais diversos agentes sociais.

Maior jogador de todos os tempos, Pelé, que se sagraria campeão do mundo oito anos depois da derrota de 1950, por exemplo, declarou, que, “eu também com apenas 9 anos participei daquela imensa tristeza” (*Placar*, 20/8/1971). Já o roteirista Jorge Furtado, que sequer era nascido à época, tentou reelaborar o sentimento de perda, realizando, em parceria com Ana Azedo, o curta “Barbosa”, no qual volta ao tempo para tentar, em vão, avisar ao goleiro brasileiro que a bola iria entrar rasteira no canto esquerdo. Frustrado o intento, resignou-se: “Nunca mais seremos campeões do mundo de 50” (NETO, 2000: 30). Já o jornalista e escritor Carlos Cony percebeu na derrota uma algamarsa que solidificou o sentimento pátrio: “Quem passou pelo 16 de julho de 1950 merece um monumento coletivo, como o Túmulo do Soldado Desconhecido. São essas coisas que formam uma pátria, um povo encharcado em sua dor” (CONY, 1999 Apud NETO, 2000: 30).

Esses depoimentos materializam a observação de Girardet, de que é pelos sonhos que uma sociedade revela com mais segurança algumas de suas desordens e alguns de seus sofrimentos. (GIRARDET: 1986). No volume VI do afresco que constitui “Os homens de boa vontade” de Jules Romains, um dos personagens, Clanricard evoca “a solidão estranha do homem na sociedade moderna” (GIRARDET: 1986: 61). Clanricard refere-se “à necessidade desesperada de agarrar-se a um grupo, a uma coletividade



estritamente unida e conduzida por um ideal”. O personagem de Romain identifica na igreja esse depositário.

Na sociedade brasileira, por razões que serão abordadas a seguir, o futebol conseguiu se constituir como um campo encharcado pelo sagrado. Essa presença se faz presente nos mais diversos rituais, como o hábito de torcedores e jogadores se benzerem antes de o jogo começar ou recorrer a medalhas e imagens de santos, aos cânticos entoados nos estádios, que demarcam territórios (“Rarrá, ruru, o Maraca é nosso!”), compartilham alegrias (“Ah, eu tô maluco!”) ou visam a intimidar os inimigos (“Cambada de bundão, quem manda nessa porra é a torcida do Fogão!”).

A crise da modernidade, acirrada pela globalização, reforçou a necessidade de os homens se reconhecerem em torno dos mesmos símbolos e de uma mesma liturgia, como pregava Clanricard. Registre-se que as liturgias do futebol, com seus cânticos, estandartes e estreitamento da noção de pertencimento não se contrapõem à fé religiosa, embora pastores, papas e bispos de algumas igrejas as possam ver como concorrenciais (SOUTO: 2000). É verdade, como se tratará no capítulo três, que a presença do sagrado convive em permanente tensão com o profano, acirrada pela crescente mercantilização do jogo. O que cabe destacar agora é que, embora o acirramento do mercantilismo tenha borrado o sagrado, este mantém-se fortemente vinculado ao futebol no Brasil.

Resta examinar as razões que levaram o futebol a se tornar um dos principais elementos fundadores da identidade nacional. Fazer uma historiografia do futebol fugiria em muito do alcance e das pretensões deste texto, mas é indispensável analisar alguns momentos fundantes do futebol como ideologia do povo e que são cumulativos para a construção da memória da Copa de 1950.

Pode-se entender ideologia como uma dimensão do social, isto é, como um sistema composto de vários elementos (relações de dominação, estruturas de poder etc.), ligados entre si por uma complicada rede de interações. Ideologia seria portanto auto-representação da sociedade (VERON, 1977).

Noção polêmica, surgida no final do século XVIII, para designar uma ciência das idéias, as principais definições do conceito de ideologia surgem da crítica que se faz à particularização do conceito feita por Marx e Engels. Para esses autores, ideologia é

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



produto de uma classe social e não de indivíduos, nascendo da divisão social do trabalho entre os membros economicamente ativos da burguesia e seus ideólogos mais ativos. A ideologia dominante é, assim, sinônimo de ideologia da classe dominante.

A interpretação desta visão de Marx e Engels não é unívoca entre os que se proclamam marxistas, que advogam, pelo menos, três conceituações diferentes: a primeira é a ideologia como sistema de crenças e idéias características de uma classe ou um grupo; a segunda a vê como um sistema de idéias falsas, crenças ilusórias, construindo assim uma falsa consciência e propiciando a oposição entre ideologia e ciência; e a terceira é o processo geral de produção de significações e idéias na sociedade.

Os avanços do conceito de ideologia no século XX foram muitos: Lênin, Gramsci e Lukács, cada um por seu turno, definiram ideologia. Para Gramsci, era fundamental distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, isto é, as necessárias à existência e à reprodução de uma estrutura determinada e as chamadas ideologias arbitrárias, conscientes de certas posições limitadas na expressão dos desejos. Lukács concentrou-se na temática da consciência de classe (máximo de consciência possível). As idéias de Althusser marcaram uma espécie de volta ao reducionismo no que diz respeito ao conceito de ideologia, opondo ciência à ideologia, identificando a primeira com o marxismo (ciência da história) e a segunda à economia clássica. A noção de ideologia – como também a de ciência – é contraditória em Althusser, aderindo à concepção de falsa consciência, visão alienada, sistema de representações não conscientes que predominaria sobre o conhecimento¹.

O futebol como ideologia do povo

“Penso que entre povos sem longo passado, como o nosso, torna-se freqüentemente tirânica a ambição de forçar um passado artificial” (Sérgio Buarque de Holanda. Diário Carioca, 16/7/1950)

Introduzido no país pelos ingleses para ser um jogo de migrantes estrangeiros – o que explica boa parte do fascínio que exercia sobre a elite local – o futebol, desde o início

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



do século passado, já ocupava papel destacado na constituição da identidade nacional. Na visão de Mário Filho, jornalista e pesquisador deste esporte, a historiografia do futebol no país poderia ser resumida, grosso modo, em três momentos distintos: 1900-10, quando se restringia a um esporte de elite; 1910-20, quando se dá a aproximação de outros grupos sociais, mas se mantém a exclusão de negros e pobres; e partir de 1930, quando se dá ascensão social do negro (FILHO: 1964).

Sem desmerecer o importante papel desempenhado por Filho na divulgação do futebol e na defesa deste esporte como fator de integração nacional, acima de conflitos de classe, etnia ou raça, conforme os preceitos da Era Vargas, que se estenderam para além do fim formal do governo Getúlio Vargas, a aceitação passiva dessa taxionomia não dá conta da amplitude da participação dos grupos populares – e que não possuem seus próprios historiadores – na fundação do futebol como elemento vital da identidade nacional.

O senso comum, reproduzido e realimentado por boa parte dos meios de comunicação, limita a historiografia do futebol ao esporte jogado nas ligas oficiais, daí a familiaridade do torcedor com nomes como Oscar Cox e Charles Miller, introdutores do jogo no país, respectivamente, em 1897 (Rio de Janeiro) e 1894 (São Paulo). Grande parte da popularização do futebol se dá, no entanto, pelas partidas disputadas em ligas não oficiais, nas fábricas, nas escolas, nos campos de subúrbio e onde quer fosse possível reunir um bando de aficionados dispostos a jogar o ainda chamado *football*. Excluídos dos campos, sem dinheiro para pagar as altas mensalidades cobradas pelos clubes granfinos da Zona Sul do Rio ou para comprar entradas para os jogos oficiais, essa multidão formada por pobres, mulatos e negros se aglomerava em telhados, morros e outros pontos elevados para assistir às partidas da liga (PEREIRA: 2000).

Esse estranhamento entre um esporte de prática e linguagem estrangeiras – o que deveria limitar seu acesso à elite local – e sua apropriação por setores sociais brasileiros mais amplos já provocava, em 1917, debates apaixonados clamando por “uma campanha em prol da defesa (sic.) da soberania da nossa língua, expurgando-a destes anglicismos que estão a desvirtuá-la, convencionando ou aproveitando palavras portuguesas correspondentes ao termos ingleses empregados na técnica do futebol (sic.)” (PEREIRA, 2000: 307).



A realização dos campeonatos sul-americanos de seleções, em particular a competição de 1919, ocorrida no campo do Fluminense, no Rio de Janeiro, irmanou os *sportmen* das ligas e os aficionados das elites e os praticantes e torcedores alijados dos certames oficiais num coro cívico em defesa da pátria em chuteiras. Apinhados nas partes menos nobres do estádio ou – em sua esmagadora maioria – nos morros e nas cercanias do campo das Laranjeiras, os variados grupos de trabalhadores brancos, negros e mulatos iam fazendo do sentimento de pertencerem a uma mesma nação um meio de afirmação do seu próprio valor. Esse compartilhar coletivo evidentemente não anulava as tensões latentes nos diferentes sentidos que aqueles heterogêneos espectadores iam construindo para a sensação que experimentavam durante a competição. Essas construções diferenciadas e, mesmo antagônicas, porém, não anulavam o sentimento de pertencimento a uma mesma e ampla comunidade nacional.

Essas apropriações distintas também não impediram que, no momento do gol do time brasileiro, que, na partida final, venceu o selecionado uruguaio por 1 x 0, estourassem manifestações uníssonas de “Viva o Brasil!” saudando os jogadores nacionais e acompanhadas do desfraldar de bandeiras do país. Longe de se restringir ao futebol, esse fervor nacionalista guardava larga e longa consonância com outros movimentos em desenvolvimento e/ou em gestão em todo o país e que teriam nas insurreições tenentistas uma das suas mais poderosas condensações. A força com que se materializava no futebol se nutria, porém, justamente dos sentidos diferenciados que os diversos atores sociais lhe atribuía.

O grau de investimento afetivo neste esporte pelos diversos atores sociais chamou a atenção de Getúlio Vargas, que registrou em seu diário a comoção social causada pela derrota da seleção brasileira para a italiana, que eliminou o país nas semifinais da Copa de 1938, na Itália: “O jogo monopolizou as atenções. A perda do *team* brasileiro para o italiano causou uma grande decepção e tristeza no espírito público, como se se tratasse de uma desgraça nacional.” (PEREIRA, 2000: 13)

A percepção dos eventos esportivos, e do futebol em particular, como espaços privilegiados de reafirmação, difusão e fortalecimento do projeto nacional deflagrado pela Revolução de 1930 estreitou as relações entre o Estado e o nascente e popular



esporte, principalmente a partir da segunda metade do governo Vargas. Não por acaso, o chefe da delegação brasileira na Copa de 1938, na França, foi Lourival Fontes, que, depois de presidir o Departamento Nacional de Educação Física, seria promovido a chefe do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) getulistaⁱⁱ.

Obedecidas algumas particularidades, as relações do Estado com o futebol seguiam os principais paradigmas do projeto nacional da Era Vargas, como a integração massa-governo-Estado, marcada pela diluição de aspectos conflituosos que pusessem em risco o projeto maior. A crescente aceitação e legitimação dos primeiros grandes ídolos profissionais do futebol brasileiro – o zagueiro Domingos da Guia e o atacante Leônidas da Silva, ambos negros – encontrava respaldo teórico na afirmação de idéias de intelectuais como Gilberto Freire, de valorização da miscigenação, em oposição a teorias de apartamento social.

Realizada um ano depois da decretação do Estado Novo, a Copa do Mundo de 1938, na França, foi o desaguadouro de todo esse processo de embates e tensões que marcara a história do futebol no Brasil desde sua introdução. Pela primeira vez, o país era representado por um verdadeiro “*scratch* do Brasil”, livre das divisões entre amadores e profissionais; das restrições à presença de jogadores negros e pobres; e das rixas entre cariocas e paulistas – que afastaram os jogadores deste estado da competição anterior, em 1934, na Itália. A situação gerada por essa suspensão de tensões liberou expectativas inéditas entre os torcedores nacionais. “Raras vezes a pátria terá exigido tanto de seus filhos, nunca tantos sofreram por tão poucos”, sintetizaria ainda muitos anos depois Décio de Almeida Prado (PRADO: 1997 Apud PEREIRA, 2000: 330).

Para muito além de explicar o fato em si, a memória da derrota para a Itália por 2 x 1, na semifinal da Copa de 1938, também serve de ontologia para a tragédia de 1950, doze anos mais tarde. As explicações mais aceitas pelo senso comum e elaboradas e divulgadas pelos jornais engendravam uma contradição que seria radicalizada em 1950. A versão hegemônica culpava a ausência do atacante Leônidas da Silva – maior ídolo nacional dos anos 30 e 40 – e, principalmente, o árbitro que, na condenação unânime da imprensa nacional, “inventara” um pênalti do zagueiro Domingo da Guia – um dos dois principais ícones daquele time ao lado de Leônidas e que, na véspera, prometera fazer a

1 Trabalho apresentado no NP02 – Núcleo de Pesquisa Jornalismo, XXV Congresso Anual em Ciência da Comunicação, Salvador/BA, 04 e 05. setembro.2002.



maior partida da sua vida, para compensar o desfalque do companheiro (*Jornal dos Sports*, 16/6/1938).

Outra explicação, porém, cuja gênese se cruzava com a dos preconceitos, cuja suspensão – mas não anulação – permitira formar uma seleção “de unidade nacional”, vitimizava “a violência do jogador brasileiro”, materializada no pontapé que Domingos teria desferido num adversário e que teria causado o pênalti que selou a derrota. Registre-se que, embora na aparência contraditórias, ambas formulações se completam e estão na raiz da memória da Copa de 1950. Para aplacar a sede da pátria, que nunca exigira tanto de seus filhos e nunca sofrera por tão poucos, era preciso forjar uma memória que desse à derrota um caráter excepcional. A versão da “parcialidade” do árbitro – que seria reatualizada e reafirmada pela vitória sobre a Suécia que assegurou ao país o terceiro lugar – tinha o mérito para sua vitalidade de canalizar a ação de “42 milhões de inimigos pessoais” do árbitro (*Jornal dos Sports*, 13/6/1938).

Somadas e misturadas, ambas ajudavam a aplacar a necessidade de uma sociedade que sofria para “encontrar alguém a quem pudesse imputar seu mal e sobre o qual pudesse vingar-se de suas decepções” (GIRARDET: 1986). A personificação do mal, materializada na figura do árbitro – “o estrangeiro” premeditado a prejudicar a pátria brasileira – e na “violência do jogador brasileiro”, poupava às vítimas daquele sofrimento a ansiedade do incompreensível. A primeira, por seu caráter conspiratório, apelava fortemente ao sentimento de unidade nacional. A segunda, além de reafirmar preconceitos suspensos, porém latentes, contra jogadores de origem popular – e não especificamente contra Domingos, que manteve e ampliou seu prestígio após a Copa – significativamente seria mais fortemente acionada durante as várias reelaborações da memória de 1950, quando cronistas como Mario Filho lamentariam que o Brasil fora violento quando não deveria (em 1938) e apanhara quando “devíamos dar” (1950) (FILHO, 1994: 199).

Esse aspecto voltará a ser retomado no capítulo seguinte. Por ora, o mais importante é que o balanço principal sobre a participação do Brasil na Copa de 1938 foi fundamentalmente positivo, constituindo-se de longe na melhor participação do país nos três mundiais até então realizados. O incremento extraordinário que esse feito trouxe



para uma ainda maior divulgação do futebol no país e para o aumento da auto-estima dos torcedores nacionais não passou despercebido pelo governo getulista. Tratava-se agora de erguer um templo à altura de tamanha façanha.

Já em 1938, o secretário-geral do Interior e Segurança do governo Getúlio Vargas, Átila Soares, após ressaltar o papel do Brasil na Copa de 1938, na Itália, como “propaganda da maior eficiência” (*Correio da Manhã*, 8/6/1938) do país, defendia, junto à Prefeitura do então Distrito Federal a importância da realização de um campeonato mundial em território nacional. Para garantir esse feito, Soares sugeria a construção de “uma praça de *sports* à altura do acontecimento”.

“Todos os países modernos possuem, hoje, stadiuns (sic) grandiosos onde não só fazem realizar suas competições desportivas como também suas realizações cívicas de caráter imponente. O Brasil não conta ainda com essa organização, tão necessária à sua formação cívica e física. São essas razões fundadas, aliás, nas linhas mestras da estrutura do Estado Novo que me impelem de (sic) sugerir a v. ex. a construção pela prefeitura de um stadium monumental onde esse e outros certamens internacionais e nacionais possam ser realizados condignamente.”
(*Correio da Manhã*, 8/6/1938. Grifos do Autor)



O nascimento relâmpago do Maracanã: o maior templo mundial do futebol

*“Jamais poderia imaginar que hoje eu, que estava na final de 50 fazendo policiamento na arquibancada, poderia estar aqui dando esta entrevista como campeão do mundo”
(Zagallo in NETO, 2000)*

Naquele mesmo ano, o jornalista Célio Negreiros de Barros, representante da então Confederação Brasileira de Desportos (CBD) no Congresso da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa), realizado em Paris, lançou oficialmente a candidatura do Brasil para sediar a Copa de 1942. A II Guerra Mundial, no entanto, levou ao cancelamento das Copas de 1942 e 1946. Com o fim do conflito, as negociações nos bastidores da Fifa foram retomadas e, no congresso da entidade em 1946, em Luxemburgo, o Brasil, favorecido pela situação econômica da Europa no pós-guerra, teve seu pleito acolhido, situação que seria ratificada, dois anos depois, durante o encontro da Federação, na Inglaterra.

O fato de assumir a realização do mundial como parte do projeto nacional e seu entrelaçamento com a imprensa estão bem sintetizados na manchete dedicada pelo jornal *O Globo*, de 27 de julho de 1948, à decisão final da Fifa: “Vamos organizar o maior campeonato do mundo”. A promessa-declaração reproduzia as palavras do representante brasileiro no congresso, Luis Aranha. Não menos entusiástica foi a reação do *Correio da Manhã* do mesmo dia: “Pode-se entrever o que isso irá significar para nós, nesta época em que o esporte brasileiro lança-se entusiástica e positivamente no cenário internacional: para aqui convergirão as atenções de milhões de torcedores do mundo todo.”

Essa euforia que saltava das páginas do noticiário revela a atualidade de antiga percepção de Girardet de que os tempos efervescência mítica ocorrem, em geral, nos momentos em que os processos de mudança se aceleram, “em que os antigos equilíbrios acham-se cada vez mais poderosamente questionados” (GIRARDET, 1986: 133). Com



o Brasil sobre o impacto do fim da II Guerra Mundial e do Estado Novo e ainda sob a herança da Era Vargas, a realização do “maior campeonato mundial” era uma oportunidade ímpar para o país se reafirmar aos olhos do mundo. Essa necessidade de legitimação externa não se restringia ao esporte, também se fazendo presente nas ações políticas e econômicas do Estado Novo, neste particular repetindo antiga necessidade das elites locais.

Significativamente, a luta pela construção de um estádio que atendesse aos padrões exigidos pela Fifa para este tipo de competição repetiu a polarização das principais forças políticas que se opunham no plano nacional. Não por acaso, coube às forças mais abertamente antigetulistas, como o lacerdismo, se oporem à construção do estádio tal como pretendido pela tropa getulista que encabeçava o projeto, como o prefeito do Distrito Federal, general Ângelo Mendes de Moraes.

Embora o país vivesse sob o monetarismo antidesenvolvimentista do governo Eurico Dutra, os ecos da Era Vargas seguiam conformando fortemente a sociedade brasileira e seus marcos fundadores – que seriam retomados e aprofundados no segundo Governo Vargas – se encontravam então, no essencial, intactos. Conceitos que, 40 anos depois se veriam borrados ou postos até em questão, como a necessidade de um projeto nacional, eram fortemente hegemônicos. Nesse cenário, as forças pró-Maracanã, que contaram na imprensa com o apoio decidido do jornalista Mário Filho – que, após sua morte batizaria oficialmente o estádio – se impuseram e conquistaram o aval do próprio Dutra para que a obra fosse financiada pela prefeitura.

O envolvimento do Estado com a construção do estádio reproduzia o papel que lhe era destinado dentro da herança da Era Vargas, de indutor do desenvolvimento, mobilizador de recursos e financiador de projetos urgentes e carentes de investimentos longe do alcance e/ou do interesse privado. A própria velocidade com que se passou da autorização para a obra, concedida pela Câmara de Vereadores do Rio, em 29 de outubro de 1947, para o início da construção também é reveladora do empenho para erguer o estádio.

Em 14 de novembro do mesmo ano, o prefeito Mendes de Moraes assinou lei autorizando a construção, pôs à venda 30 mil títulos de cadeiras cativas (válidas por



cinco anos) e o mesmo número de cadeiras perpétuas. Em 20 de janeiro de 1948, Dia de São Sebastião, padroeiro da cidade-estado, era lançada a pedra fundamental do futuro estádio, a apenas dois anos, cinco meses e quatro dias da data prevista para a abertura da Copa. O pouco tempo para concluir a obra preocupou e mobilizou a Fifa, cujo presidente, Jules Rimet, veio ao Brasil, se certificar do sucesso do mundial.

A mobilização nacional, que incluiu a liberação de subvenção federal para a realização do evento, permitiu que o estádio fosse erguido no tempo recorde de um ano, dez meses e seis dias. Para isso, cerca de 1.500 operários da Superintendência de Transportes da Municipalidade se juntaram aos 3.000 já contratados pela Administração Municipal do Estádio Municipal (Adem). Foram consumidos 464.950 sacos de cimento, 45.757 metros cúbicos de areia, 10,5 milhões de quilos de ferro, 193 mil quilos de pregos e 993.429 tijolos para erguer em 55.132 metros cúbicos de concreto o maior estádio do mundo, superando o de Hampden-Park, na Escócia e que até então ostentava esse título, com capacidade para 140 mil pessoas (*O Globo*, 15/6/1950). Concebido pelos arquitetos Pedro Paulo Bernardes Bastos, Rafael Galvão, Antônio Augusto Dias Carneiro e Orlando da Silva Azevedo e construído pelo consórcio formado por Construtora Nacional, Cavalcanti Junqueira, Dourado S. A., Humberto Menescal, Criatiani & Nielsen e Severo Vilares Ltda., o Estádio Municipal tinha capacidade prevista para 155.067 espectadores, com área projetada de 76.071 m², perímetro de 800 metros e altura máxima de 30 metros. O gramado tem 75 metros de largura e 110 metros de comprimento.

Embora até hoje o estádio esteja inacabado, a conclusão das obras fundamentais que permitiram sua inauguração e seu uso coroaram e confirmaram o projeto de garantir um templo à altura do papel já ocupado pelo futebol brasileiro. Essa proeza foi saudada pelo prefeito Mendes de Moraes como “prova imortal da grandeza de nosso povo” (PERDIGÃO, 2000: 38). Esse entusiasmo não se limitava à retórica política, sendo compartilhada pelos setores da imprensa que abraçaram o projeto. Principal porta-voz do movimento pró-Maracanã, o *Jornal dos Sports* apontou o Estádio Municipal – primeiro nome da praça de esportes – como “o mais novo cartão-postal do Brasil” (16/5/1950). Em sintonia com o valor simbólico que o futebol adquirira para os



brasileiros, o jornal de Mário Filho ia além: “Um cartão-postal que vale mais do que o Pão de Açúcar, do que o Corcovado, do que a Baía da Guanabara, porque é obra do homem, uma prova da capacidade de realização do brasileiro.”

Diante dessa capacidade de realização coletiva, o jornal concluía que a conquista da Copa seria um desdobramento natural daquela primeira vitória, bastando para isso que “nossos jogadores apresentem em campo o mesmo espírito de luta, a mesma disciplina de trabalho, a mesma dedicação que os outros brasileiros que tornaram possível, com a construção do estádio, a realização do magno torneio em nosso país...” A exortação do jornal reproduzia e reafirmava princípios caros à herança getulista e ao pensamento ideológico predominante naqueles anos marcados também pela Guerra Fria, como a valorização da disciplina em oposição a práticas conflituosas; a dedicação e o espírito de luta, valores fundamentais para reafirmar a possibilidade de mobilidade social como arrefecedora da luta de classes.

Também não deve ser visto como mera coincidência o fato de a inauguração do estádio, em 16 de junho de 1950 – exatamente um mês antes da partida final contra o Uruguai – ocorrer no mesmo dia em que a candidatura de Getúlio Vargas à presidência da República foi homologada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), um dia após ter sido lançada em manifesto lido pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros. Em todo esse processo, a imprensa jogou papel decisivo para marcar a construção do estádio como um momento de inflexão em que, definitivamente, o futebol brasileiro consolida e expande o papel que já ocupava no simbólico da sociedade brasileira.

...Hoje, o Brasil possui o maior e mais perfeito estádio do mundo, dignificando a capacidade de seu povo e a sua evolução em todos os ramos da atividade humana. Há muito que se conhecia a força e a eficiência do atleta do Brasil. Mas tornava-se necessário projetar essa força e essa eficiência, agora temos um palco de proporções fantásticas para que o mundo inteiro possa se encontrar na admiração de nosso prestígio e de nossa grandeza esportiva. (Diário da Noite, 9/5/1950)

A empolgação demonstrada pelo *Diário da Noite* sintetizava o sentimento que tomara conta dos brasileiros com a inauguração do estádio: finalmente, o Brasil tinha, não apenas um templo à altura do seu futebol, mas da sua grandeza como nação. Esse



reconhecimento não se limitava às fronteiras do país. Depois da derrota da seleção espanhola para a brasileira por 6 x 1, o zagueiro direito da Espanha Gabriel Alonso divinizou a derrota: “Sabíamos antes de entrar em campo que íamos enfrentar homens divinos que haviam erguido aquele monumento ao futebol” (PERDIGÃO, 2000). Nesse quadro, não é exagero atribuir ao novo estádio o papel de uma entidade equivalente a um salvador, o qual, como assinalado por Girardet, permite que os homens tenham as mesmas emoções a partilhar, dividam os mesmos fervores e as mesmas esperanças. Tendo no Maracanã seu principal território, a seleção servia de catalisador da unidade e das esperanças nacionais. Duas semanas antes da estréia, contra o México, em 24 de junho, uma caravana de artistas da MPB, comandada por Herivelto Martins – integrante do Novo Trio de Ouro, ao lado de Nilo Chagas e Noemi Cavalcanti – se apresentou na concentração do Joá para os craques brasileiros para levar “o estímulo de suas canções e de seus chorinhos” (*O Globo*, 10/6/1950).

Era nesse cenário que o templo do Maracanã parecia destinado a acolher Barbosa e seus companheiros como futuros deuses que levariam a nação ao Olimpo, com a conquista da sua primeira Copa do Mundo. Se a seleção tinha como seu comandante Flávio Costa, treinador do Vasco da Gama, e seu principal craque em Zizinho, Barbosa estava destinado, pela particularidade da sua posição de goleiro, a ser o guardião da nação, o último homem, o único que não poderia ser batido. Único jogador autorizado a segurar a bola com as mãos dentro do seu território – a área – o goleiro é também o mais isolado deles, aquele que, geralmente, permanece solitário nas comemorações dos gols do seu time e tem como principal missão ser o desmancha prazer que evita os tentos dos adversários. As diferentes nomações que o definem – porteiro, guarda-metas, arqueiro, gaurdião, golpquíper ou guarda-valas – não deixam dúvidas sobre a sua missão.

E Barbosa não era um guardião qualquer. Considerado até hoje o melhor goleiro de todos os tempos por companheiros de profissão como Zagallo (*O Globo*, 5/8/2001), ele era uma das estrelas do chamado “Expresso da Vitória” do Vasco da Gama, tendo conquistado três títulos de campeão carioca desde que chegara a São Januário, em 1945, e integrado a equipe que ganhara, em 1948, o primeiro título sul-americano obtido por



uma equipe brasileira, defendendo, na partida decisiva, um pênalti cobrado pelo craque Labruna, do River Plate. O histórico de Barbosa não deixava dúvidas: o futuro da nação não poderia estar em melhores mãos. Essa convicção coletiva seria, mais tarde, diretamente proporcional ao drama que passaria a viver a partir daquele 16 de julho de 1950.

Referências Bibliográficas:

Livros e Artigos

BALANDIER, G. *Antropo-logiques*. Paris: PUF, 1974.

BARBOSA, Marialva. *Senhores da Memória*. Niterói: UFF – Tese de Titular, 1994.

BARBOSA, Marialva. *Os donos do Rio. Imprensa, poder e público*. Niterói: Vício de Leitura, 2000.

BATAILLE, Gerges. *O erotismo*. Lisboa: Edições Antígona, 1998.

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

CALLIGARIS, Contardo. "Verdades de autobiografia e diários íntimos" in *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: Arquivos Pessoais, vol. 11, nº 21, 1998.

CAMPBELL, Joseph & MOYERS, Bill. *O poder do mito*: São Paulo, Palas Athena, 1990.

CASTRO, Ruy. *Estrela solitária: um brasileiro chamado Garrincha*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995 -.

COELHO, Maria C. *A experiência da fama*. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1999.

DAMATTA, Roberto. *Carnaval, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1999.

DIEGUEZ, Gilda Korff (org.). *Esporte e poder*. Petrópolis Vozes, 1985

DUBY, Georges. "A memória e o que ela esquece". In: *Diálogos sobre a nova história*. Lisboa, 1989.

DUARTE, Orlando. *Todas as Copas do Mundo*. São Paulo: Votorantim, 1987.

ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

ELIADE, Mircea. *Mito y realidad*. Madri: Ediciones Guadarrama, 1993.

----- *O mito do eterno retorno*. Lisboa: Edições 70, 1998.

FEATHERSTONE, Mike. *O desmanche da cultura*. São Paulo: Studio Nobel/Sesc, 1997.

FILHO, Mário. *O negro no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: Siciliano, 1964.

----- *O sapo de Arubinha: os anos de sonho do futebol brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GABLER, Neal. *Vida, o filme. Como o entretenimento conquistou a realidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

GALEANO, Eduardo. *O futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras,



1987.

GODOY, Jack. *The Domestication of the Savage Mind.* Cambridge University Press. London, 1977.

GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.* Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

-----*A representação do EU na vida cotidiana.* Petrópolis, Vozes, 1995.

HALBAWCHS, Maurice. *A memória social.* São Paulo: Vértice, 1990.

HALL Stuart. *Identidades culturais na pós-modernidade.* Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

HELAL, Ronaldo. *O que é sociologia do esporte.* São Paulo: Brasiliense, 1990.

----- “Estádios vazios, ausência de ídolos: notas para uma reflexão sobre a crise do futebol brasileiro”, in *Pesquisa de Campo* nº 0 - Núcleo de Sociologia do Futebol, Departamento Cultural, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

-----*Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil.* Petrópolis: Vozes, 1997 -.

HELAL, Ronaldo & COELHO, Maria Claudia. “Modernidade e tradição no futebol brasileiro: o ‘caso Bebeto’”, in *Pesquisa de Campo* nº 2 - Núcleo de Sociologia do Futebol, Departamento Cultural, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

----- “Mídia, idolatria e construção de imagem pública: um estudo de caso”, in *Pesquisa de Campo* nº 3/4 - Núcleo de Sociologia do Futebol, Departamento Cultural, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1996.

HELAL, Ronaldo & MURAD, Maurício. “Alegria do povo e Don Diego: um ensaio sociológico sobre êxtase e a agonia de heróis do futebol”, in *Pesquisa de Campo* nº 1 - Núcleo de Sociologia do Futebol, Departamento Cultural, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1995.

HELAL, Ronaldo, SOARES, Antonio Jorge & LOVISOLO, Hugo. *A invenção do país do futebol: mídia, raça e idolatria.* Rio de Janeiro: Maud, 2001.

HERSCHMANN, Micael e PEREIRA, Carlos Alberto M. “Isso não é um filme? Heróis e celebridades do Brasil Contemporâneo” in *Lugar Comum.* Rio de Janeiro: NEPCOM-ECO/UFRJ, maio-agosto de 2000.

HUYSSSEN, Andreas. *Memória do Modernismo.* Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

HUIZINGA, Johan. *Homo ludens: o jogo como elemento da cultura.* São Paulo: Perspectiva, 1980.

LE GOFF, Jacques. “Memória”. In: Enciclopédia Einaudi. Memória-História, vol. I. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1984.

LEROI-GOUTHAN, A. *O gesto e a palavra.* Lisboa: Edições 70, 1981.

LOPES, José Sérgio Leite & MARESCA, Sylvain. “A morte da ‘Alegria do Povo’” in RBC nº 20, 1992.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country.* Nova Iorque, Cambridge University Press, 1989.

MÁXIMO, João. *João Saldanha: sobre nuvens de fantasia.* Rio de Janeiro Relume-Dumará: Rio Arte, 1996.

MÉRCIO, Roberto. *A história dos campeonatos cariocas de futebol.* Rio de Janeiro: Studio Alfa, 1985.

MIRA, Maria Celeste. “Invasão de privacidade?” in *Lugar Comum.* Rio de Janeiro:



- NEPCOM-ECO/UFRJ, nº 5-6, maio-dezembro de 2000.
- NETO, Geneton Moraes. *Dossiê 50: os onze jogadores revelam os segredos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.
- NICOLAÏDIS, Dimitri. “La Nation, les crimes et la mémoire”. In: NICOLAÏDIS, Dimitri (org). *Oblier nos crimes. L’amnésie nationale, une spécificité française?* Paris: Autrement, 1994.**
- NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Gallimard, 1984.
- MURAD, Mauricio. *Dos pés à cabeça: elementos básico da sociologia do futebol*. Rio de Janeiro Irradiação Cultural, 1996.
- MUYLAERT, Roberto. *Barbosa: um gol faz cinquenta anos*. São Paulo: RMC Comunicação, 2000.
- OLIVEIRA, Raimundo de S.D. *Garrincha só*. Rio de Janeiro: Fusão, 1984.
- PERDIGÃO, Paulo. *Anatomia de uma derrota*. São Paulo L&PM Editores, 2000.
- PEDROSA, Milton (org.). *Na boca do túnel*. Rio de Janeiro Livraria Editora Gol, 1968.
- PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Footballmania: uma história social do futebol no Rio de Janeiro – 1902-1938*. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula. *História e imprensa no Rio de Janeiro dos anos 50*. Rio de Janeiro: tese de doutorado ECO/UFRJ, 2000.
- RIBEIRO, Ana Paula e LERNER, Kátia. “Memória e identidade nos relatos (auto)biográficos” (inédito).
- ROCHA, Everardo. *A sociedade do sonho: comunicação, cultura e consumo*. Rio de Janeiro, Mauad, 1995.
- RODRIGUES, José Carlos. “O Rei e o Rito”, in *Ensaio em antropologia do poder*. Rio de Janeiro, Terra Nova, 1992.
- RODRIGUES, Nelson. *À sombra das chuteiras imortais: crônicas de futebol (Seleção e notas Ruy Castro)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- *A pátria de chuteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- RONDELLI, Elizabeth e HERSCHMANN, Micael. “A mídia e a construção do biográfico” in *Tempo Social*. São Paulo, USP, vol. 12, n 1, maio de 2000.
- RONDELLI, Elizabeth e FILIZOLLA, Anamaria. “Equilíbrio distante” in *Lugar Comum*. Rio de Janeiro, NEPCOM-ECO/UFRJ, julho-novembro de 1997.
- ROSENBERG, Bernard & MANNING-WHITE, David (orgs.) *1973 - Cultura de massas*. Rio de Janeiro Cultrix.
- SOUTO, Sérgio Montero. *Os três tempos do jogo – anonimato, fama e ostracismo no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro Graphia, 2000.
- SOUTO, Sérgio Montero, JÚNIOR, Wilson Machado Tostes, VIEIRA, Agostinho Cardoso e VIEIRA, Paulo Sérgio Marqueiro. *Correio da Manhã: a resistência*. Rio de Janeiro: inédito, 1988.
- THOMPSON, John B. *Mídia e modernidade*. Petrópolis Vozes, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e metamorfose*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- VILLAÇA, Nízia e GOES, Fred. *Em nome do corpo*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1998.
- VERDU, Vicente. *El fútbol: mitos, ritos y símbolos* - Madri Alianza Editorial, 1980.
- ZICO. *Zico conta sua história*. São Paulo: FTD, 1996.



INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação
XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Salvador/BA – 1 a 5 Set 2002

Jornais e outros periódicos

Boletim da Agap-RJ

Carta Capital

Correio da Manhã

Diário Carioca

Diário da Noite

Exame

Folha de São Paulo

Jornal do Brasil

Jornal dos Sports

IstoÉ

Manchete Esportiva

O Dia

O Estado de São Paulo

O Globo

O Jornal

Veja

ⁱ Sobre a questão da ideologia cf. também. CARDOSO, Ciro Flamarion S. e PÉREZ BRIGNOLI, Hector. El concepto de clases sociales. Madri: Ayoso, 1977; NAVARRO, Desiderio (org). Cultura, ideologia y sociedad. Havana: Editorial Arte y Literatura, 1983; VÉRON, Eliseo. A produção de sentido. São Paulo: Cultrix-EDUSP, 1980; WILLIAMS, Raymond. Marxismo e literatura. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

ⁱⁱ O DIP nasceu de uma experiência engendrada em 1934: o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, cuja direção foi entregue à Lourival Fontes. O órgão organizava exposições comemorativas, publicava material de propaganda do Estado e se encarregava da transmissão da *Hora do Brasil*, programa radiofônico patrocinado pelo regime desde 1941. O papel policial, nesse período, era exercido por outro órgão, o Serviço de Divulgação, que funcionava anexo ao Gabinete do Chefe de Polícia da Capital, Filinto Müller. O DIP surge, portanto, da junção dessas duas atividades sob uma mesma direção: Lourival Fontes. Filinto Müller permanece chefiando o Serviço de Inquéritos Policiais e Sociais (SIPS). A partir de 1939, a atuação de ambos se volta para “a elucidação da opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira”. Ao SIPS cabe ser o informante, o controlador permanente do cotidiano. A tarefa do DIP era reunir as informações das informações, selecioná-las e utilizá-las no controle da produção discursiva da época. Contava com cinco grandes divisões: Divulgação (veiculação e controle do discurso); Radio-Difusão (comandando o maior meio de comunicação de massa do período); Cinema e Teatro (vigilando as duas formas de expressão tradicionalmente críticas); Turismo (sem muita expressão); Imprensa (responsável pelo controle da informação direta de jornais, revistas ou livros). Abrangendo todas as áreas da produção discursiva, difunde com veemência a chamada ideologia estadonovista. Sobre o DIP e o Estado Novo cf. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. “O dono da casa: o Mito Vargas”; SCHWARTZMAN, Simon. Tempos de Capanema. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984; JESUS, Heloisa Helena de. O DIP e a juventude no Estado Novo (1939-1945). Análise de uma ideologia através do discurso de um órgão de propaganda estatal. Dissertação mestrado. ICHF-UFF, 1987; GOMES, Angela Castro. A invenção do trabalhismo. Rio de Janeiro: Vértice, 1988 e GOMES, Angela Castro e D’Araújo, Maria Celina. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Ática, 1989.